

## EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA – ES E DEMAIS NOBRES VEREADORES

O **VEREADOR SIGNATÁRIO** desta proposição legislativa vem, respeitosamente, requerer, com fulcro no inciso III do parágrafo único do art. 142 da Lei Complementar Municipal nº.: 00/1990 (Lei Orgânica Municipal) e no art. 117, inciso XVII c/c os arts. 125 e 136 da Resolução nº.: 278/2020 (Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis), a aprovação do seguinte:

<b>PROJETO</b>	INDICATIVO N°.:	/2025
1 1103E10		/ _ U

INSTITUI O PROGRAMA DE FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS DERIVADOS DAS SUBSTÂNCIAS TIRZEPATIDE E SEMAGLUTIDA PARA PESSOAS COM OBESIDADE GRAU II OU III E PARA PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM DIABETES MELLITUS TIPO II NO MUNICÍPIO DE SERRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Art. 1º** Institui o Programa de Fornecimento Gratuito de Medicamentos Derivados das Substâncias Tirzepatide e Semaglutida, destinados a pessoas com obesidade grau II ou grau III, bem como as pessoas diagnosticadas com Diabetes Mellitus Tipo II.

- **©** 27 3251-8313
- \* www.linktr.ee/leandroferraco
- gabineteleandroferraco@camaraserra.es.gov.br
- **♀** Rua R. Maj. Pissarra, 243-265, Serra Centro, Serra-ES.







- **Art. 2º** O fornecimento dos medicamentos será realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante:
- I prescrição médica emitida por profissional da rede pública ou credenciado;
- II comprovação diagnóstica, com exames e laudos atualizados;
- III acompanhamento clínico contínuo, garantindo adesão terapêutica e segurança no uso.
- IV comprovação, por parte do paciente ou do seu responsável legal, da falta de condições financeiras para aquisição do medicamento.
- **Art. 3º** O Programa contemplará, ainda, o seguinte:
- I cadastro de pacientes beneficiários;
- II consultas periódicas com equipe multiprofissional;
- III monitoramento de efeitos colaterais e resultados metabólicos;
- IV campanhas educativas sobre prevenção, controle e tratamento da obesidade e do diabetes.
- **Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- **Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões "Flodoaldo Borges Miguel", em 27 de novembro de 2025.

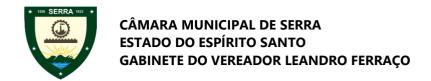
## LEANDRO FERRAÇO VEREADOR (PSDB)

(Documento Assinado Eletronicamente)

- © 27 3251-8313
- \* www.linktr.ee/leandroferraco
- gabineteleandroferraco@camaraserra.es.gov.br
- P Rua R. Maj. Pissarra, 243-265, Serra Centro, Serra-ES.







## **JUSTIFICATIVA**

O Ministério de Saúde reconhece a obesidade<sup>1</sup> e o Diabetes Mellitus Tipo II como graves problemas de saúde pública, responsáveis por altas taxas de mortalidade, aumento da incapacidade funcional e expressivo impacto financeiro sobre o sistema de saúde.

Aliás, entre as doenças crônicas não transmissíveis mais prevalentes estão o Diabetes Mellitus Tipo II<sup>2</sup> e a Obesidade.

As diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) prevê o cuidado integral, contínuo e longitudinal das pessoas acometidas por essas condições, com ênfase nas ações desenvolvidas no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

Os medicamentos à base de Semaglutida e Tirzepatide, por sua vez, representam atualmente terapias de ponta, aprovadas pela ANVISA, com eficácia comprovada na redução de internações, de peso, controle glicêmico, prevenção de complicações cardiovasculares.

A implementação do Programa permitirá melhoria da qualidade de vida dos pacientes, diminuição da progressão da doença, de amputações por diabetes, redução de internações e custos futuros para o SUS. Uma verdadeira conquista e ampliação da atenção integral à saúde no Município prevista constitucionalmente

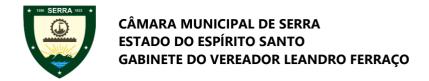
- © 27 3251-8313
- ♠ www.linktr.ee/leandroferraco
- gabineteleandroferraco@camaraserra.es.gov.br
- **♀** Rua R. Maj. Pissarra, 243-265, Serra Centro, Serra-ES.





<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS, 2020), atualmente mais da metade dos adultos apresenta excesso de peso (60,3%, o que representa 96 milhões de pessoas), com prevalência maior no público feminino (62,6%) do que no masculino (57,5%). Um em cada cinco adolescentes com idades entre 15 e 17 anos estava com excesso de peso (19,4%) e 6,7% estavam com obesidade. Em 2021, dados do Relatório público do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional mostram que, das crianças acompanhadas na Atenção Primária à Saúde, 15,8% dos menores de 5 anos e 33,9% das crianças entre 5 e 9 anos tinham excesso de peso, e dessas, 7,6% e 17,8%, respectivamente, apresentavam obesidade segundo o Índice de Massa Corporal (IMC) para idade. Quanto aos adolescentes acompanhados na APS em 2021, 32,7% e 13,0% apresentavam excesso de peso e obesidade, respectivamente. A obesidade em crianças e adolescentes é um problema grave, que ocasiona repercussões deletérias importantes em crianças, adolescentes, jovens e adultos, além de sobrecarregar o SUS com altos custos relacionados ao tratamento do agravo e de suas complicações. (Fonte: <a href="https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quero-ter-peso-saudavel/noticias/2022/sobrepeso-e-obesidade-como-problemas-de-saude-publica">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quero-ter-peso-saudavel/noticias/2022/sobrepeso-e-obesidade-como-problemas-de-saude-publica</a>)

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> https://veja.abril.com.br/saude/epidemia-de-diabetes-brasil-e-o-6o-com-mais-casos-no-mundo-e-alta-de-quase-6-em-4-anos/



(CRFB/88 art.196)<sup>3</sup>.

Dessa forma, em estrita observância ao princípio da integridade do tratamento medicamentoso, ao acesso universal e igualitário, esses medicamentos serão fornecidos a quem de fato precisa, sob o aspecto clínico e financeiro, democratizando os instrumentos clínicos existentes, levando dignidade a quem precisa e não pode pagar por isso.

Obviamente, além da premente necessidade de se intensificar medidas de prevenção, é preciso sanar o problema de saúde pública já instalado na sociedade, caminho, justamente, que segue o presente Projeto Indicativo.

Ademais, não basta fornecer o medicamento, é preciso, igualmente, o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar para trazer uma nova consciência de cuidado pessoal e implantar novos comportamentos, conforme preveem os incisos II e IV do artigo 3°

Diante de sua relevância o presente Projeto Indicativo merece o apoio dos nobres Edis desta Augusta Casa de Leis, reafirmando o compromisso desta Câmara Municipal com uma Serra mais preparada e alinhada às políticas públicas de prevenção e tratamento de doenças crônicas.

Sala de Sessões "Flodoaldo Borges Miguel", em 27 de novembro de 2025.

## LEANDRO FERRAÇO VEREADOR (PSDB)

(Documento Assinado Eletronicamente)

\* www.linktr.ee/leandroferraco

<sup>•</sup> Rua R. Maj. Pissarra, 243-265, Serra Centro, Serra-ES.





<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

<sup>© 27 3251-8313</sup> 

gabineteleandroferraco@camaraserra.es.gov.br